

bancos depende de aval do FMI

Acordo do Brasil com

Nova Iorque — Com os termos da negociação praticamente acertados, o problema do *spread* — taxa de risco — superado, o Brasil depende apenas de um aval do Fundo Monetário Internacional para fechar o pacote de renegociação de 16 anos (com sete de carência e *spread* médio de 1.125% de sua dívida externa, com 700 bancos internacionais.

Ontem, num comunicado de dois parágrafos e uma linha, o comitê assessor dos bancos que renegociam a dívida externa do Brasil e o Banco Central anunciaram que as negociações prosseguirão na semana que vem em Nova Iorque.

Fontes bancárias, apesar da recomendação do comitê de sigilo absoluto, indicaram, no início da tarde, que o problema para fechar o pacote estaria em Washington, mais precisamente no FMI. A nota — um primor de hermetismo — depois de declarar que “progressos substanciais” foram alcançados na renegociação, informa apenas que “um esquema financeiro dessa natureza envolve inúmeros elementos interdependentes, os quais devem ser equacionados, em sua totalidade, antes de se chegar a um acordo definitivo sobre o assunto”.

Pastore reuniu-se com os banqueiros durante toda a manhã, no Citicorp e, à tarde, ficou no Banco do Brasil telefonando para o Brasil e para o Ministro Ernane Galvêas, que chega a Nova Iorque às 14h25min de segunda, vindo da Suíça. O presidente do Banco Central tinha uma passagem marcada para o Rio hoje, que foi cancelada.

Segundo fontes ligadas à negociação, a taxa de riscos já era um problema superado para o fechamento do acordo na manhã de ontem, embora houvessem ainda informações (geralmente indiretas) de que alguns bancos, inclusive norte-americanos, não estariam de todo satisfeitos com os termos que estão sobre a mesa de negociações.

“Blecaute”

Em meio a um *blecaute* total, como a situação foi definida por um banqueiro que não quis falar, quase todos ontem em Nova Iorque só davam informações indiretas.

Na segunda-feira, o encarregado do subcomitê econômico do Comitê Assessor, Douglas Smee, voltando de uma viagem ao Brasil, fez um relato da situação econômica, destacando o estouro das metas contidas na 7ª Carta de Intenção do Brasil ao Fundo, (como a inflação de 120%) e a expansão da base monetária. Terça, antes de reunir-se com Pastore (que esteve com De Larosière, em Washington); o diretor da Divisão Atlântica do FMI, Thomas Reichman, também falou com os banqueiros.

A inflação de janeiro (12,6%) projetada daria uma inflação de, no mínimo, 223% este ano, apenas para citar um dos pontos da carta. Em função disso, ao que se comenta, os bancos estão querendo — mais uma vez — uma manifestação do FMI. O Brasil talvez tenha que emendar sua 7ª carta, pedir *walkover* (dar explicações) quanto às metas ultrapassadas ou — até mesmo — fazer uma nova carta (embora, neste momento, sete cartas de intenção depois, seja difícil para um leigo perceber a importância de tal formalismo ou garantia).

Esses seriam, pelo menos, parte dos “elementos interdependentes” de que fala a nota dos bancos e de Pastore, que ontem, mesmo procurado ostensivamente pela imprensa no Banco do Brasil, entrava e saía de salas, recusando-se a acrescentar qualquer comentário à nota, alegando apenas que o momento era “muito delicado”.

No Banco do Brasil tem se trabalhado intensamente fazendo projeções e contatos. Neste final de semana alguns subcomitês técnicos do comitê de assessoria estarão reunidos para analisar detalhes do contrato (detalhes técnicos bastante complicados que atrapalharam o trabalho dos bancos com o México, um quadro que está se repetindo com o Brasil). No final desta semana não há reunião prevista entre Pastore e os banqueiros. Galvêas, por seu lado, ficará em Nova Iorque segunda e terça, viajando quarta para a República Dominicana e regressando a Nova Iorque.

Sunamam

Questionado sobre o problema da Sunaman, um banqueiro foi bem específico: “se eu fosse você, tirava isso da cabeça”. Explicou que a questão da Sunamam pode atrapalhar o pacote mas depois de seu fechamento oficial, quando chegar a vez dos bancos do comitê levarem os termos do acordo aos 700 integrantes da operação. Se até então o Governo não tiver se manifestado para endossar toda a dívida da Sunamam, os bancos credores da empresa poderão recusar-se a aderir ao pacote. Conta que Pastore — ontem — fez um relato a banqueiros, informando que, segunda, o Governo assumirá a totalidade da dívida da Sunamam.